

**COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DA VISÃO DOS SERVIDORES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

***COMPRAS PÚBLICAS SOSTENIBLES: UN ESTUDIO DE CASO DE LA VISIÓN DE LOS
SERVIDORES DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL RURAL DE LA AMAZONIA***

***SUSTAINABLE PUBLIC PURCHASES: A CASE STUDY OF THE VISION OF THE SERVERS OF
THE FEDERAL RURAL UNIVERSITY OF AMAZONIA***

Ariani Milene Sousa Soares

Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Federal do Pará (UFPA)
Endereço: UFPA, R. Augusto Corrêa, n. 01, Guamá, CEP: 66075-110. Belém, PA, Brasil
Telefone: (91) 3201-8627
E-mail: ariani_soares@hotmail.com

Jayme Nascimento Silva

Mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)
Administração e Desenvolvimento Socioambiental, com ênfase na Gestão Pública
Endereço: UFPA, Av. Tancredo Neves, n. 2501, Montese, CEP: 66077-830. Belém, PA, Brasil
Telefone: (91) 3210-5141
E-mail: jayme23@gmail.com

Marcelo de Souza Correia

Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professor na Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Endereço: UEPA, R. Travessa Djalma Dutra, s/n., Telégrafo, CEP: 66050-540. Belém, PA, Brasil
Telefone: (91) 4009-9536
E-mail: marscorreia@uepa.br

Artigo recebido em 10/07/2017. Revisado por pares em 07/08/2017. Reformulado em 12/10/2017.
Recomendado para publicação em 17/12/2017. Publicado em 30/04/2017. Avaliado pelo Sistema
doubleblind review.



RESUMO

Este estudo tem por objetivo geral analisar a perspectiva de sustentabilidade dos servidores da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e compreender de que forma esta visão influencia na efetivação da legislação das Compras Públicas Sustentáveis. Para isso foram realizadas entrevistas com servidores e gestores que demandam e realizam as compras na instituição. O estudo mostrou que poucos servidores possuem o conhecimento a respeito da temática, da legislação e de que forma é aplicada na instituição. Esta falta de conhecimento dificulta a efetivação de práticas sustentáveis na instituição como é o caso da legislação das Compras Públicas Sustentáveis. Desta forma foi proposto um conjunto de ações com o intuito de minimizar tais entraves o que permitirá que a Universidade cumpra com a lei e possa se tornar referência em práticas sustentáveis.

Palavras Chave: Compras Governamentais; Compras Públicas Sustentáveis; Universidade Federal Rural da Amazônia.

RESUMEN

Este estudio tiene por objetivo general analizar la perspectiva de sostenibilidad de los servidores de la Universidad Federal Rural de la Amazonia (UFRA) y comprender de qué forma esta visión influye en la efectividad de la legislación de las Compras Públicas Sostenibles. Para ello se realizaron entrevistas con servidores y gestores que demandan y realizan las compras en la institución. El estudio mostró que pocos servidores poseen el conocimiento acerca de la temática, de la legislación y de qué forma se aplica en la institución. Esta falta de conocimiento dificulta la efectividad de prácticas sostenibles en la institución como es el caso de la legislación de las Compras Públicas Sostenibles. De esta forma se propuso un conjunto de acciones con el fin de minimizar tales obstáculos lo que permitirá que la Universidad cumpla con la ley y pueda convertirse en referencia en prácticas sostenibles.

Palabras clave: Compras gubernamentales; Compras Públicas Sostenibles; Universidad Federal de la Amazonia.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the sustainability perspective of the Federal Rural University of Amazonia (UFRA) and to understand how this vision influences the implementation of the legislation on Sustainable Public Procurement. For this, interviews were conducted with servers and managers who demand and carry out purchases at the institution. The study showed that few servants have the knowledge about the subject, the legislation and how it is applied in the institution. This lack of knowledge hinders the implementation of sustainable practices in the institution as is the case of the Sustainable Public Procurement legislation. In this way a set of actions was proposed in order to minimize such obstacles, which will allow the University to comply with the law and become a reference in sustainable practices.

Keywords: Government Procurement; Sustainable Public Procurement; Federal Rural University of Amazonia.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano sempre buscou sua subsistência retirando da natureza, de forma direta ou indireta, os recursos para o seu desenvolvimento. Contudo, com a modernidade esta natureza vem sendo dizimada e os recursos naturais estão cada vez mais escassos, a ponto de serem extintos.

Depois de tanto destruir a natureza, hoje o homem busca formas de racionalizar o uso descontrolado e muitas vezes inconsequente desses recursos naturais. No Brasil a Constituição Federal de 1988 dispõe de um conjunto de normas adotadas que tentam regular todos os assuntos pertinentes à nação e aos seus indivíduos, traz consigo em seu capítulo VI, uma série de deveres para o poder público na tarefa de cuidar do meio ambiente (BRASIL, 1988, Art. 225). Entretanto não explicita como os governantes devem realizar esta tarefa, surgindo assim a necessidade de legislações específicas para o alcance do proposto.

Neste contexto surge a Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que prevê a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e contratação de serviços por parte da Administração Pública Federal. Dentre os grupos de órgãos que ficam subordinadas a esta legislação, têm-se as instituições de ensino superior que possuem uma importante função na formação profissional e social dos cidadãos, e que de modo significativo podem influenciar a sociedade sob diversas perspectivas.

Inserida neste âmbito, a Universidade Federal Rural da Amazônia, instituição de ensino superior, localizada no Estado do Pará, possui em sua maior parte cursos voltados para as áreas agrárias e ambientais, buscando desenvolver a região amazônica de forma técnica, científica e cultural. A Universidade Federal Rural da Amazônia criada pela Lei nº. 10.611 de 23 de Dezembro de 2002, a qual possui uma população de 6.190 pessoas, entre servidores técnico-administrativos, servidores terceirizados, alunos e professores, distribuídos em Belém capital do estado do Pará - e nos campi do interior, nas cidades de Paragominas, Parauapebas, Capitão Poço e Capanema.

Para manter esta estrutura a Universidade investe parte dos recursos financeiros na aquisição de bens e serviços, que são demandados e operacionalizados por servidores da

instituição. Neste sentido esta pesquisa baseia-se nas Compras Públicas Sustentáveis, que visam incorporar critérios sustentáveis nas aquisições governamentais, ampliando e fomentando a produção e consumo de bens sustentáveis.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Até metade do século XX o homem utilizava dos recursos naturais de forma irracional, no entanto não havia tanta degradação e a que existia não era de forma tão agressiva, com os anos houve o avanço tecnológico e uma maior devastação destes recursos naturais.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento industrial com o passar dos anos trouxe impactos positivos, mas também negativos para a sociedade. Há algum tempo o Planeta vem sentindo esses impactos negativos gerados através do desmatamento, da destruição da camada de ozônio, das chuvas ácidas, do efeito estufa, a poluição dos rios, florestas e lagos, a produção de lixo em excesso, desperdícios em todos os níveis, a pobreza, a miséria e a fome. Todos estes itens são pontos importantíssimos que precisam ser considerados na atual agenda de prioridades do planeta, a fim de frear urgentemente esta degradação descontrolada.

Desta forma, a caminhada pelo desenvolvimento custou caro para o meio ambiente e diante da possibilidade de serem esgotados os recursos naturais o homem passou a discutir formas de utilizar tais recursos sem ter que num futuro próximo necessitar de outro planeta para morar. Dados do relatório bianual Planeta Vivo, em 2006, explicita que para a sobrevivência da humanidade, por volta do ano de 2050 seriam necessários dois planetas, um para a produção de gêneros alimentícios e o outro para descarte de lixo, entretanto novos dados do relatório de 2008 já estimaram a mesma necessidade para o ano de 2030.

Considerado um marco no processo de debate sobre a integração entre as questões ambientais e de desenvolvimento, o Relatório Brundtland faz um alerta para a necessidade das nações em unir forças, com o intuito de buscar alternativas para o desenvolvimento evitando a degradação do planeta. No relatório é descrito que um crescimento econômico que não busca melhorar a qualidade de vida das pessoas, não pode ser considerado como desenvolvimento.

Este relatório mostra que é possível desenvolver-se sem destruir os recursos naturais e o meio ambiente, possibilitando desta forma conciliar crescimento econômico com conservação ambiental. Assim, o Relatório Brundtland define Desenvolvimento Sustentável:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (BRUNDTLAND, 1987).

Este conceito de desenvolvimento só veio ganhar força na Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Após esta Conferência, a sociedade e as empresas passaram a reconhecer e compreender a necessidade da implementação dessa nova visão de desenvolvimento econômico, ou seja, garantindo a produção de bens e serviços que atendessem as necessidades humanas e ao mesmo tempo garantisse a preservação do meio ambiente.

O Relatório Brundtland levou em consideração os dois lados da questão relativa ao desenvolvimento econômico quando conceituou o termo Desenvolvimento Sustentável, buscando a promoção da harmonia entre os seres humanos e principalmente entre a humanidade e o meio ambiente. A busca do desenvolvimento sustentável, segundo Nascimento (2008), requer:

- Um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- Um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes;
- Um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado;
- Um sistema de produção que preserve a base ecológica do desenvolvimento;
- Um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- Um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e
- Um sistema administrativo flexível e capaz de se autocorrigir.

Assim, pode-se perceber que o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado pelo Relatório Brundtland não está relacionado apenas com o impacto das atividades econômicas no meio ambiente, mas principalmente com as consequências que tais impactos trazem na qualidade de vida e bem estar social dos seres humanos, tanto no presente, quanto futuramente.

2.10 PODER DE COMPRA DO ESTADO

A sociedade, segundo Giddings (1987), é um conjunto de indivíduos reunidos e organizados com uma finalidade comum. De forma analítica e realçando outros atributos, sociedade trata-se do agrupamento voluntário de seres livres e racionais, organizados de maneira estável e eficaz, visando a realização de uma finalidade comum e conhecida por todos. (JOLIVET, 1955).

Desta forma, o Estado é considerado uma sociedade, pois é constituído essencialmente de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum. Assim, o Estado é denominado de sociedade política, pois sua organização é determinada por normas de direito positivo, com divisões em níveis hierárquicos de governantes e governados, possuindo a finalidade do bem público, sendo este objetivo inconfundível com o de qualquer outra instituição. (AZAMBUJA, 2005, p. 2).

Entende-se que o Estado surge com o dever de realizar o bem público, sendo investido de autoridade pelo povo e dispendo de poder legitimado para realizar ações que vise o bem da coletividade. Desta forma o conceito de Estado torna-se indissociável ao de poder. O poder é a capacidade que um indivíduo ou um grupo possui de influenciar decisivamente as ações e comportamentos de outros indivíduos. (SILVA, 2008, p.62).

Sinteticamente, os indivíduos pela necessidade de terem seus anseios atendidos e defendidos, organizam-se e formam sociedades, onde uma sociedade maior – o Estado – visa o bem de todos, e utiliza de poder para exercer sua autoridade e realizar as ações de cunho coletivo.

Neste sentido, o Estado buscando alcançar os mais diversos objetivos, tem a necessidade de adquirir bens e serviços no mercado interno ou externo para a realização do desempenho de suas atividades primordiais e das ações que constituem as políticas públicas governamentais. Contudo, questões como a globalização da economia, a redefinição da visão e concepção de Estado, o avanço das tecnologias da informação, e as de cunho ambiental, fazem com que o Estado repense as prioridades e as formas de ações de suas políticas públicas. Assim o processo de aquisição de bens e serviços do Estado insere novas concepções frente a estas perspectivas.

Utilizar o ato de comprar como uma forma de poder torna-se um grande potencial, considerando que o poder do consumidor define seu perfil, suas condições e anseios, tornando as compras um incitante de qualidade, produtividade e inovação, sejam em entidades privadas, públicas ou pessoa física. (MDIC, 2007). O Estado não é um mero comprador, mas sim o maior de sua nação, por ter uma grande receita em mãos e fazer parte do corpo regulador e de indução econômica, assim as aquisições governamentais representam uma grande força e tende a ser vista como uma grande forma de poder.

A expressão “uso do poder de compra” tem em si uma ideia de capacidade de influência, que se apresenta como um “poder” a partir do momento em que a disponibilidade de recursos de uma determinada instituição lhe confere a possibilidade de induzir comportamentos em terceiros, buscando quase sempre a obtenção de resultados paralelos e, conseqüentemente, uma maior eficiência de suas ações, à semelhança dos conceitos de poder e influência já colocados anteriormente. (SILVA, 2008, p.62)

Assim, as organizações públicas possuem um grande poder de compra em mãos, que através de suas aquisições podem fomentar e direcionar de forma estratégica os rumos das políticas públicas e do mercado. Por este motivo vem sendo analisado o uso das compras governamentais como uma estratégia para o desenvolvimento industrial, facilitando os esforços de modernização tecnológica nos países. (SARAVIA, 1987, p. 20).

[...] ao decidir pela utilização do poder de compra do Estado como instrumento de desenvolvimento ou estímulo à produção de determinados bens e serviços, produzidos por empresas de determinado porte ou grupo social, a sociedade está manifestando sua concordância em, eventualmente, pagar algum sobre preço em favor da economia nacional. (MOREIRA e MORAIS, 2003, p. 110).

Diante desta visão que o Estado pode representar um importante agente econômico em suas nações por serem provedores e consumidores de bens e serviços, e considerando ainda que no desempenho destas funções e atividades pode-se exercer a figura de um agente indutor de mudança, alguns países reunidos em uma organização vêm utilizando esta força em prol do desenvolvimento e das questões socioeconômicas e ambientais, trata-se da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

2. 2 PODER DE COMPRA DO BRASIL

No Brasil o poder de compra já foi utilizado anteriormente de forma pontual, mas não foi absorvido como uma política pública. Pode-se citar como exemplo o desenvolvimento da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que graças a Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.11, Edição Especial 1, Abril 2018.

investimento do governo brasileiro, se estabeleceu como uma empresa competitiva em nível internacional. Estes investimentos subsidiaram a aquisição de tecnologias e conhecimento de ponta, permitindo que a Embraer esteja entre as quatro maiores empresas fabricante de aeronaves de médio porte no mundo, tendo seus produtos como um dos principais itens na pauta de exportação brasileira.

Outro caso se deu quando o Ministério da Saúde encomendou a Fundação Oswaldo Cruz uma série de medicamentos que compõe o coquetel antiaids. A receita recebida permitiu que a Fundação se desenvolvesse cientificamente, tornando-a como uma referência no pilar da política em saúde no Brasil, culminando também na abertura das patentes destes medicamentos pelas empresas internacionais.

No Brasil, o Governo Federal realizou em 2015 e 2016, a compras de bens e contratação de serviços, nos valores de 20 e 22 bilhões de reais respectivamente. Esta receita pode direcionar e fomentar o mercado de acordo com as políticas públicas e governamentais existentes.

Quadro 1 - Aquisição de Bens e Serviços do Governo Federal - ano 2015/2016

Elemento de despesa	Valor em Real	
	2015	2016
52- Equipamentos e material permanente	4.677.817.860,32	4.162.306.302,79
37- Locação de mão de obra	10.590.542,82	14.202.302,33
30 - Material de consumo	930.680.964,09	462.802.154,96
51 - Obras e instalações	9.403.002.224,78	9.731.069.905,51
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	4.943.985.255,29	7.520.986.268,58
33- Passagens e despesas com locação	11.332.992,90	12.440.273,20
35- Serviços de Consultoria	170.112.747,13	294.238.840,80
Total	20.147.522.587,33	22.198.046.048,17

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Portal da Transparência, disponível em <<http://www.transparencia.gov.br/>>.

Alinhando com o pensamento de Keynes em relação ao papel do Estado na economia, onde o Estado deveria influenciar de forma orientadora a propensão ao consumo, seja recorrendo à fixação da taxa de juros ou outros mecanismos, além de agir de forma enérgica em alguns segmentos que não são de interesse ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada. (KEYNES, 1985, p. 256).

Desta forma, o Estado pode representar um agente de mudanças e implementador de práticas sustentáveis, especialmente através desta força econômica, mas também devido a institucionalização de legislações que direcionem neste caminho, como é o caso das Compras Públicas Sustentáveis.

2.3 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

As Compras Públicas Sustentáveis, ou Compras Verdes, ou ainda Eco- Compras, surgiram como um mecanismo de minimização de impactos ambientais causados pela produção e consumo inapropriado e irresponsável, desta forma tentando reduzir os danos causados pela degradação dos recursos naturais. Nesta forma de compra busca-se oferecer ao consumidor final um produto compatível com suas necessidades e anseios, além de proporcionar menor risco ao meio ambiente, assim a médio e longo prazo possibilitará benefícios à sociedade.

Esta temática começou a ser discutida em nível global a partir das ideias contidas no capítulo quatro da Agenda 21, que previa as diretrizes: examinar os padrões insustentáveis de consumo e produção; desenvolvimento de estratégias e políticas públicas estimulando mudanças nesta forma de produção/consumo insustentável, tendo fundamental importância o item 4.23 da Agenda 21, que estimula os governos a incorporarem conceitos sustentáveis nas suas aquisições.

Os próprios governos também desempenham um papel no consumo, especialmente nos países onde o setor público ocupa uma posição preponderante na economia, podendo exercer considerável influência tanto sobre as decisões empresariais como sobre as opiniões do público. Conseqüentemente, os governos devem examinar as políticas de aquisição de suas agências e departamentos de modo a aperfeiçoar, sempre que possível, o aspecto ecológico de suas políticas de aquisição, sem prejuízos dos princípios do comércio internacional. (CNUMAD, 1992).

Contudo, os governos só começaram a considerar o uso do poder de compra por parte do Estado, diante da Convocatória de Hannover de Líderes Municipais Europeus para o século XXI, ocorrida ao longo da 3ª Conferência Europeia sobre Cidades e Municípios Sustentáveis, onde 250 gestores municipais de 36 países europeus e regiões vizinhas aprovaram a conhecida Declaração de Hannover, concordando em:

Prestar atenção para as oportunidades que surgem a partir de novas tecnologias e conceitos inovadores de serviços que tornam nossas cidades mais eco eficientes, e

devem ter consciência sobre o poder de compra das autoridades locais no mercado e usá-lo para direcionar o desenvolvimento para soluções social e ambientalmente saudáveis. Eles convocaram outras regiões para manter sua própria casa em ordem introduzindo políticas para a compra de produtos e serviços verde. (BIDERMAN, et al.,2006c).

Outro marco importante nas questões de consumo e produção com critérios sustentáveis foi o Protocolo de Quioto, no qual os países industrializados firmaram um compromisso de reduzir a emissão de gases que propiciam o efeito estufa em 5,2% tendo como referência a produção no ano de 1990, a ser realizado no período de 2008 a 2012. O Protocolo prevê que a redução da emissão dos gases deve ocorrer em múltiplas vertentes de atividades econômicas, estimulando que haja a cooperação entre os países signatários, dando enfoque às ações de reestruturação dos setores de transporte e energéticos; uso de energias provenientes de fontes renováveis; quebrar barreiras protecionistas de mercado que destoam dos fins do Protocolo; diminuir a emissão de metano na manipulação de resíduos e geração de energia; e na proteção da flora e outros consumidores de carbono.

Diante destas movimentações entorno das preocupações com o meio ambiente, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU realizou uma nova cúpula mundial a “Cimeira da Terra”, no ano de 2002, em Johannesburgo, África do Sul. A proposta desta Conferência era revisar as metas da Agenda 21 e verificar as ações que requer um maior empenho em sua implementação. Nesta Conferência Mundial tentou-se definir um plano de ação em nível global que conciliasse as reais necessidades no entorno do desenvolvimento sustentável, contudo resultados objetivos não foram alcançados (SUSTENTABILIDADE, 2011).

Desde o surgimento do conceito de Compras Públicas Sustentáveis, nações vêm concentrando esforços e ações no sentido de implantar as compras ambientais em suas estratégias e políticas públicas.

2.3.1 Iniciativas de compras sustentáveis no Brasil

No Brasil as ações relacionadas à sustentabilidade se intensificaram a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, onde foi estabelecido um Plano de Ação para promover o desenvolvimento sustentável: a Agenda 21. Neste documento já era previsto o uso do poder de compra do Estado a fim de fomentar as compras sustentáveis.

Mas foi em 2004, diante de uma cooperação com entidades e organizações internacionais, que o Brasil realiza iniciativas no sentido de efetivar as contratações sustentáveis, dentre estas o projeto “Promovendo Compras Públicas Sustentáveis no Brasil”, que objetiva a efetivação de políticas e estratégias de compras públicas sustentáveis em nível local, na tentativa de influenciar os demais nichos governamentais a usarem o poder de compra como fomentadora nas questões sustentáveis, realizado inicialmente nos governos do Estado de São Paulo e MinasGerais.

A temática de Compras Públicas Sustentáveis, como destacado, se iniciou com as ideias contidas na Agenda 21 e vem sendo desenvolvida e representada no Brasil pelas entidades: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); e pelo Centro de estudos em Sustentabilidade da FGV- EAESP (GVces).

Outras iniciativas, no sentido de contribuir e incentivar práticas de aquisições sustentáveis vem sendo realizadas por diversas entidades não governamentais. Neste sentido foi criado em 2006 o Programa Cidade Amiga da Amazônia pela ONG Greenpeace, que objetiva a criação de uma legislação municipal para compra de madeira, evitando a aquisição de origem ilegal, prevenindo o desmatamento criminoso.

Uma parceria entre o GVces, ICLEI, PNUMA e a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, resultou em uma Política Municipal sobre Mudanças Climáticas, embasada em dados do ‘Inventário de Gases de Efeito Estufa’ realizado pela Coordenação do Programa de pós-graduação e pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta parceria resultou também no ‘Guia Compras Públicas Sustentáveis: uso do poder de compra do governo para promoção do desenvolvimento Sustentável’, lançado no ano de 2007.

Apesar destas iniciativas, locais e isoladas, em torno das aquisições de produtos e serviços sustentáveis, ainda há muito a se fazer no sentido de associar as ações governamentais com as questões sustentáveis. A sociedade é regida por um conjunto de normas e regras que regulam a vida dos indivíduos e das organizações, inclusive as públicas. Algumas destas legislações foram instituídas antes das preocupações com a sustentabilidade e por conta disto tais legislações vêm sofrendo ajustes e novas versões a fim de prever estas novas necessidades ambientais, como é o caso da legislação das Compras Públicas

Sustentáveis.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Instituição de Ensino Superior localizada no Estado do Pará, criada pela Lei nº. 10.611, de 23 de dezembro de 2002, através da transformação da antecessora Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, sendo vinculada ao Ministério de Educação.

A UFRA possui uma população de 6.190 pessoas, entre servidores técnico administrativos, servidores terceirizados, alunos e professores, distribuídos em Belém - PA e dos campi no interior do estado nas cidades de Paragominas, Parauapebas, Capitão Poço e Capanema. Deste universo tem-se o quantitativo de 425 servidores técnico-administrativos que atuam na gestão e nos atos administrativos da instituição, gerando a necessidade de adquirir bens e serviços, e parte destes servidores operacionalizam e efetivam os processos de compra.

Quadro 02 - Quantitativo de Técnico-Administrativos por escolaridade

Escolaridade / titulação	Quantidade
Ensino Fundamental Incompleto	50
Ensino Fundamental	45
Ensino Médio	147
Graduação	80
Especialização	67
Mestrado	28
Doutorado	08
Total	425

Fonte: SGDP/PROGEP – 2013

A estrutura organizacional da Universidade é composta pela Reitoria, por sete pró-reitorias e quatro institutos, todos contando com subdivisões. As pró-reitorias são: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN); Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED); Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI); Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP); e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Os institutos são: Instituto Sócio Ambiental e Recursos Hídricos (ISARH); Instituto Ciberespacial (ICIBE); Instituto de Ciências Agrárias (ICA); e Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA).

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A proposta metodológica está estruturada quanto à abordagem na perspectiva quantitativa, pois permite “traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (FARIAS FILHO, 2013, p. 63). A utilização deste tipo de perspectiva permitiu fortalecer a necessidade de analisar a visão de sustentabilidade dos servidores, o que demonstrou a necessidade da realização de um estudo de caso. Foi realizado o estudo de caso na Universidade Federal Rural da Amazônia, este tipo de pesquisa “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (FARIAS FILHO, 2013, p. 66).

Quanto aos objetivos da pesquisa é utilizado o método descritivo, posto que descreve “as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (FARIAS FILHO, 2013, p. 63).

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira etapa consistiu na execução do levantamento bibliográfico e documental, a segunda fase consistiu na coleta e análise dos dados levantados.

A coleta de dados foi realizada através de questionários abertos e de múltipla escolha. A tabulação dos dados foi organizada em dois grupos. Estes grupos envolvem todas as áreas e atores que fazem parte do processo de aquisição, posto que ao pensar-se em desenvolvimento sustentável deve-se olhar para o cenário de forma abrangente. O primeiro grupo envolve os servidores que estão envolvidos diretamente com o processo de compras, que se subdivide em:

- Gestores de planejamento: responsáveis por planejar as ações realizadas na instituição (inclusive as compras) de acordo com os recursos.
- Gestores da licitação e compras: responsáveis pelo direcionamento e coordenação dos servidores e das tarefas dos setores de licitação e compras.
- Servidores da licitação e compras: responsáveis pela operacionalização das ações pertinentes as aquisições da instituição.

O segundo grupo é composto pelos usuários demandadores, que são os requisitantes de materiais e serviços. Assim foram desenvolvidos dois tipos de questionários, o primeiro para os gestores e servidores de Planejamento, Compras e Licitação, que atuam diretamente na aquisição de bens e serviços da instituição, o segundo para os usuários demandadores que necessitam de materiais e serviços. Para o primeiro grupo foram aplicados 12 questionários que correspondem a todo universo de servidores envolvidos no processo de compra da instituição, conforme caracterização no quadro abaixo.

Quadro 03 - Gestores e servidores diretamente envolvidos no processo de compra

Questionário	Lotação	Formação	Cargo	Função
01	Pró-Reitoria de Administração e Finanças	Contador	Assistente em Administração	Pró-Reitor Adjunto
02	Comissão Permanente de Licitação	Administrador	Assistente em Administração	Presidente da Comissão
03		Administrador	Assistente em Administração	Pregoeiro
04		Nível Médio	Assistente em Administração	Pregoeiro
05	Superintendência de Patrimônio e Material	Economista	Assistente em Administração	Superintendente
06	Divisão de Compras	Nível Médio	Assistente em Administração	Gerente
07		Nível Médio	Assistente em Administração	-
08		Nível Médio	Assistente em Administração	-
09	Divisão de Almoxarifado	Administrador	Assistente em Administração	Gerente
10		Administrador	Assistente em Administração	-
11	Divisão de Patrimônio	Nível Médio	Auxiliar em Téc. da Informação	Gerente
12		Agrônomo	Assistente em Administração	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Já para o segundo grupo foram aplicados 24 questionários, correspondendo a uma amostragem de dois entrevistados para cada uma das 12 principais unidades administrativas da instituição (1 Reitoria, 7 Pró-Reitorias e 4 Institutos), correspondendo a 100% do nível estratégico da instituição, conforme detalhados no quadro abaixo.

Quadro 04 - Usuários requisitantes de bens e serviços

Questionário	Lotação	Formação	Cargo	Função
01	Reitoria	Administração	Assistente em Administração	Gestor

02		Geografia	Assistente em Administração	-
03	PROEN	Nutrição	Assistente em Administração	Gestor
04		Nível Médio	Assistente em Administração	-
05	PROPED	Letras	Docente	Gestor
06		Sociologia	Docente	Gestor
07	PROEX	Zootecnia	Docente	Gestor
08		Agronomia	Docente	Gestor
09	PROPLADI	Economia	Docente	Gestor
10		Administração	Docente	Gestor
11	PROAF	Sec. Executivo	Sec. Executivo	-
12		Biólogo	Assistente em Administração	-
13	PROGEP	Economista	Assistente em Administração	-
14		Contador	Assistente em Administração	Gestor
15	PROAES	Eng. Florestal	Docente	Gestor
16		Ass. Social	Ass. Social	-
17	ISARH	Eng. Florestal	Docente	-
18		Administrador	Assistente em Administração	-
19	ICIBIE	Tec. Proc. De Dados	Docente	Gestor
20		Nível Médio	Assistente em Administração	-
21	ICA	Física	Docente	Gestor
22		Administração	Assistente em Administração	-
23	ISPA	Méd. veterinária	Méd. Veterinária	Gestor
24		Zootecnia	Zootecnista	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Cada um dos questionários contém 15 perguntas, objetivas e subjetivas, que visam alcançar os três objetivos específicos, e facilitar o alcance do objetivo geral. Assim a análise foi categorizada em três distintos grupos de análise: relevância da sustentabilidade; conhecimento da legislação; e dificuldades de implementação.

4 RESULTADOS

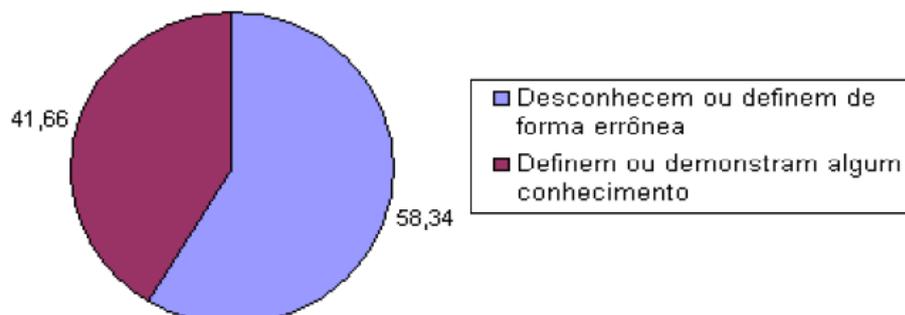
Os resultados da pesquisa são apresentados em duas seções: A visão dos servidores envolvidos no processo de compra – item 4.1 e A visão dos servidores requisitantes – item 4.2.

4.1 A VISÃO DOS SERVIDORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE COMPRA

4.1.1 Quanto à importância da sustentabilidade

Nesta categoria 58,34% dos servidores desconhecem ou definem de forma errônea o conceito de sustentabilidade. Já os 41,66% restantes conseguiram definir ou pelo menos demonstrar uma noção a respeito do conceito de sustentabilidade.

Gráfico 1 - Importância da Sustentabilidade



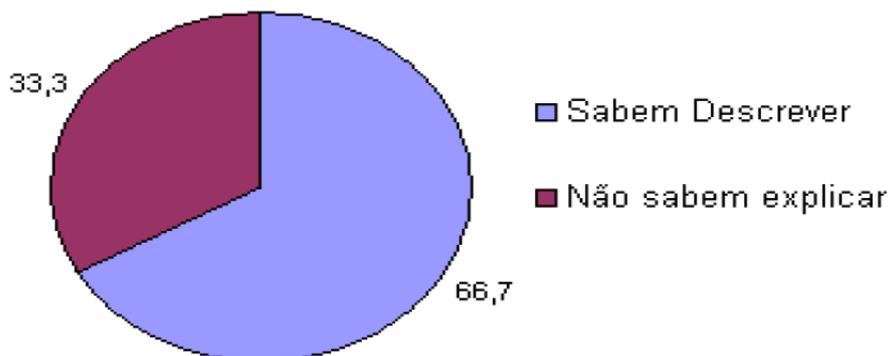
Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O conceito de sustentabilidade é complexo e possui diversas vertentes, e isto torna muito claro a partir das respostas dos entrevistados, que apesar da tentativa de alguns em conceituar o termo sustentabilidade é visível a falta de familiaridade com o assunto, evidenciando a dificuldade que os mesmos têm de definir e entender todo o universo que gira em torno da temática.

Outro aspecto relevante da pesquisa é a relação entre as respostas, a qualificação e o cargo dos servidores. Todos os doze entrevistados que atuam no processo de compra, licitação e planejamento, tanto gestores, quanto servidores que operacionalizam, possuem cargo de Nível Médio. Dentre eles, sete possuem escolaridade de nível superior, entre administradores, economistas e agrônomos, e é neste grupo que se demonstra presente 80% das respostas corretas, enquanto que os outros cinco que possuem apenas o ensino médio apresentam 20% das respostas corretas. O setor em que os servidores apresentam maior domínio da temática foi a Divisão de almoxarifado.

Com relação à importância das ações que preveem a sustentabilidade, 100% acreditam que são importantes, sendo que destes 66,7% sabem descrever o porquê de tal relevância, enquanto que os demais 33,3% não souberam explicar. De uma forma geral, as respostas demonstram uma falta de clareza na temática da sustentabilidade.

Gráfico 2 - Importância das ações de sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Frente às ações que preveem a sustentabilidade e o uso racional de recursos naturais, 83,3% dos entrevistados não têm conhecimento ou não sabem informar a respeito, enquanto que apenas 16,7% têm conhecimento de programa ou ações que a instituição participa. Estes dados refletem diretamente nas ações ou falta de ações referentes às práticas sustentáveis na instituição, posto que se os servidores não conhecem as políticas da instituição na qual trabalham como poderão colocá-las em prática? E é exatamente o que acontece na UFRA.

Gráfico 3 - Ações sustentáveis e o uso racional de recursos naturais



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A UFRA não possui nenhuma ação ou programas próprios na vertente da sustentabilidade, no entanto quando os servidores foram indagados a respeito desta questão 93,6% dos servidores não souberam informar enquanto que apenas 8,4% responderam corretamente. Diante destes números, percebe-se; as informações estão concentradas em alguns setores e não há uma interação entre os diversos setores e uma comunicação efetiva na instituição.

Apesar da pouca afinidade com o tema sustentabilidade quando perguntados a

respeito de possíveis ações sustentáveis que possam ser efetivadas na instituição apenas 25% não apresentaram qualquer sugestão, enquanto que 75% apresentaram diversas propostas, destacando-se as seguintes: reaproveitamento de papeis; compras sustentáveis; coleta seletiva de lixo; uso racional de recursos naturais; conservação de materiais existentes; projetos de reciclagem; prédios que utilizem energia solar.

4.1.2 Quanto ao conhecimento da legislação

Quando indagados a respeito do conhecimento da legislação que trata das Compras Públicas Sustentáveis, 50% dos entrevistados informaram que já conheciam esta legislação e que tomaram conhecimento através do Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet. O setor que apresentou maior incidência de conhecimento acerca da legislação foi a Comissão Permanente de Licitação, da qual 100% dos entrevistados informaram que tinham conhecimento da legislação, Pode-se remeter tal resultado principalmente a dois fatores: a necessidade deste conhecimento para as atividades inerentes ao setor; e o fato da UFRA ter sido autuada pela CGU nos anos de 2011 e 2012 por não adotar práticas sustentáveis nas aquisições,

Em contraposição, as demais unidades administrativas apresentaram pouco ou quase nenhum conhecimento a respeito da legislação.

A pouca instrução dos entrevistados em relação às questões da sustentabilidade também fica evidente quando questionados se eles entendem a finalidade da legislação das Compras Públicas Sustentáveis. 58,3% dos entrevistados não souberam descrever, enquanto que 41,7% deram respostas que se aproximam com o conceito de BIDERMAN “adquirir produtos de qualidade e responsabilidade, fomentando o mercado a produzir com base na sustentabilidade” (BIDERMAN, 2006, p. 22).

Com relação à participação em cursos e treinamento a respeito da temática de compras sustentáveis, dos 12 entrevistados apenas um servidor já havia participado de treinamentos por iniciativa própria, o restante informou que nunca participou e o principal motivo apontado foi a falta de oferta deste tipo de capacitação. Contudo, todos demonstraram interesse em participar de eventos de capacitação com esta temática.

Ao se levantar informações a respeito da utilização da legislação das CPS na instituição, 50% dos entrevistados não souberam informar a respeito, 25% informaram que já vem sendo cumprida a legislação e os outros 25% informaram que não vem sendo utilizada. Contudo verifica-se uma contradição, os 25% que afirmam que já vem sendo cumprida a legislação fazem parte da Comissão Permanente de Licitação, a qual operacionaliza as demandas dos demais 75% dos entrevistados, que afirmam que não ou que não sabem se já são utilizados os critérios sustentáveis nas compras da instituição. A contradição está no fato da Comissão Permanente de Licitação (CPL) apenas realizar a licitação e não escolher os itens, pois isso quem deve fazer são os setores solicitantes do material. Logo, apesar de 25% afirmar que a legislação está sendo cumprida percebe-se que devido a estrutura organizacional não há como esta legislação está sendo colocada em prática.

Em relação a possíveis vantagens e desvantagens que as compras públicas sustentáveis poderiam trazer a instituição na visão dos servidores, 58,3% não souberam discorrer sobre o assunto. Os demais 41,7% discorreram acerca das vantagens e desvantagens, com relação às desvantagens estes apontaram não haver nenhuma (60% dos entrevistados) e também o alto custo foi apontado (40% dos entrevistados). Com relação às vantagens, os entrevistados informaram como as principais com suas respectivas frequências: desenvolvimento sustentável por meio das compras (80%); eficiência dos recursos financeiros (40%); imagem política positiva (20%); desenvolvimento local (20%); conscientização ambiental (20%).

4.1.3 Quanto às dificuldades de implementação

Com relação as principais dificuldades de utilização das Compras Públicas Sustentáveis perceberam-se uma frequência de 83,4% para a falta de conhecimento da legislação; 41,7% para a falta de conhecimento de sustentabilidade; 33,4% para a falta de capacidade técnica; 41,7% para a falta de rotinas e procedimentos; e 16,7% não souberam opinar. Com o intuito de facilitar a adoção dos critérios sustentáveis na instituição, 25% sugeriram a implementação de cursos e seminários que promovam a conscientização entre os servidores.

Todos os entrevistados trouxeram que as legislações atuais não facilitam a adoção

prática dos critérios sustentáveis nas compras da instituição, o principal fator apontado pelos servidores é que “na legislação existe pontos que não estão claros, o que permitem e necessitam de interpretações”. Com relação à implementação dos critérios sustentáveis nas compras 25% dos entrevistados não acreditam que a instituição conseguirá implementar, os demais 75% acreditam que será implementado principalmente por conta dos “órgãos de controle estarem cada vez mais exigentes acerca da aplicação da legislação”.

4.2 A VISÃO DOS SERVIDORES REQUISITANTES

4.2.1 Quanto à importância da sustentabilidade

De forma global, neste quesito, 75% dos entrevistados apresentaram domínio acerca do conceito, contudo deve-se ressaltar que na UFRA, existe a presença de vários docentes a frente da gestão da instituição, este fato associado que os docentes em quase sua totalidade são das áreas de agrária e ambiental, corroboram para o resultado positivo nesta seção que trata do conhecimento da sustentabilidade. Dos 24 entrevistados, 10 são docentes e 14 servidores técnicos. Dos docentes 100% responderam de forma correta, enquanto que a parte dos servidores técnicos representou apenas 57,14%. Contudo, apesar de alguns dos gestores serem docentes e apresentarem o conhecimento, são os servidores que formalizam o pedido para compra.

Todos os entrevistados acreditam ser importantes as ações de sustentabilidade na instituição, mas somente 58,33% souberam informar o motivo, dentre as principais repostas têm-se: o bom uso dos recursos, garantia do futuro e reaproveitamento de materiais. Do universo que soube ou responderam o porquê, 80% correspondem a docentes e 42,86% a técnicos.

Dos entrevistados apenas 41,67% possuíam sugestões para implementar ações na instituição, destes 60% correspondem a docentes e 28,57% a servidores técnicos, entre as principais sugestões têm-se: redução de custos, reaproveitamento de materiais, e incentivo a tecnologias para que diminua a burocracia e gasto de papel.

Em relação a ações que preveem o uso racional de recursos naturais e de apoio a sustentabilidade, 45,83% dos entrevistados não sabiam se pronunciar a respeito, 29,17%

informaram de forma errônea e 16,67% apresentaram conhecimento dos programas que a instituição participa, O estrato que apresentou maior resultado positivo foram os docentes.

Apesar da Universidade não possuir nenhum programa institucionalizado próprio que apoie ações sustentáveis, 20,83% dos entrevistados informaram que existem e apontaram o seguinte: produção de ração e adubo, produção de hortaliças e projetos de pesquisa. Isto retrata que apesar dos gestores implementarem ações locais, estas ocorrem de forma isolada nos setores e que não há uma uniformidade de ações na instituição.

4.2.2 Quanto ao conhecimento da legislação

Com relação ao conhecimento da legislação das Compras Públicas Sustentáveis, apenas 37,5% apresentaram conhecimento acerca da lei, correspondendo aos setores: Reitoria, Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) e Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF), no entanto, esta ciência foi em decorrência aos relatórios de contas emitidos pela CGU e em consequência de pesquisas acadêmicas por parte dos docentes. Contudo, 87,5% dos entrevistados souberam discorrer sobre possíveis finalidades na utilização de critérios sustentáveis na instituição. Tal número retrata que apesar da ausência de conhecimento da legislação por parte dos entrevistados, estes entendem a importância de se adotar tais critérios nas aquisições governamentais.

Já em relação a eventos de capacitação que tratem da legislação das CPS, 100% dos entrevistados nunca participaram de nenhum treinamento ou curso, o principal fator apontado foi: por não ter sido proposto (100%) e por não ter interesse (12,5%).

Ao questionar se a instituição já utiliza efetivamente as CPS, 16,67% informaram que sim, este percentual corresponde a servidores lotados nos setores da Reitoria e PROAF, os quais são estes gestores que direcionam as políticas e ações da instituição. Os demais 83,33% não sabiam informar se a instituição já adotava as CPS.

Neste grupo, 70,83% dos entrevistados elencaram vantagens e desvantagens na utilização das CPS. Dentre as desvantagens apontadas tem-se a frequência de: produtos de qualidade inferior (70%) e as dificuldades nas aquisições (90%). Com relação às vantagens foram elencadas as seguintes: contribuição ao meio ambiente (80%), fomentar para uma

sociedade sustentável (60%), e melhoria da imagem institucional (20%).

4.2.3 Quanto às dificuldades de implementação

Em relação às principais dificuldades de utilização das Compras Públicas Sustentáveis percebeu-se uma frequência de 83,33% para a falta de conhecimento da legislação; 41,67% para a falta de conhecimento de sustentabilidade; 37,5% para a falta de capacidade técnica; 41,7% para a falta de rotinas e procedimentos; e 16,67% não souberam opinar. Este resultado reflete diretamente no ato de inserir critérios sustentáveis nos pedidos de compras, no qual 100% dos entrevistados informaram que nunca foram orientados a fazer. Contudo, apesar de não ter o direcionamento, 54,17% dos entrevistados relataram que vem inserindo de forma pontual e espontânea alguns pontos sustentáveis em seus pedidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Universidade Federal Rural da Amazônia, a ação de demandar bens e serviços, e operacionalizar a aquisição destes são realizados pelos servidores, assim a pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma os servidores compreendem a sustentabilidade e como essa percepção reflete na efetivação das Compras Públicas Sustentáveis. Para isso foram utilizados questionários entre servidores e gestores com o intuito de atingir os três primeiros objetivos específicos: identificar a relevância da temática; verificar o nível de conhecimento; identificar dificuldades de implementação.

Nos resultados encontrados é perceptível que no grupo de entrevistados que atuam de forma direta nas compras da instituição não há um consenso a respeito da ciência da legislação e nem se é aplicada e de que forma isso acontece. Outro ponto diagnosticado é que os servidores não têm enraizado o conceito e nem a essência da sustentabilidade o que implica na não adoção da legislação de forma efetiva.

No outro grupo, os servidores requisitantes de materiais, apesar de compreenderem de forma mais pontual o que vem a ser sustentabilidade e a importância de ações sustentáveis, este grupo mostra um alto grau de desconhecimento de se a legislação é aplicada e como o é. Percebe-se de uma forma generalizada que não há uma uniformidade na divulgação de informações e uma forte ausência de capacitações que adéquem os

servidores para estes novos desafios da gestão pública.

Assim, ao longo da pesquisa foi possível identificar que a percepção distorcida dos conceitos que envolvem a temática da sustentabilidade influencia diretamente na efetivação da política das Compras Públicas Sustentáveis na Universidade Federal Rural da Amazônia.

Diante da análise da visão dos dois grupos, os servidores e gestores envolvidos nos processos de planejamento, compras e licitação, e dos servidores requisitantes de bens e serviços, foi possível agrupar um conjunto de ações que facilitarão a implementação efetiva da legislação das CPS, descritas a seguir:

- **Capacitação dos servidores** - Como demonstrado na pesquisa a maioria dos servidores apresentam uma visão errônea dos conceitos de sustentabilidade, para sanar tal deficiência sugere-se a implementação de um curso de capacitação em compras sustentáveis, abrangendo módulos de sustentabilidade e de compras governamentais.
- **Manual de procedimentos** - Foi percebido também que existe a necessidade de divulgação de normas e a criação de uma rotina de procedimentos que pode ser registrado em um manual de compras sustentáveis.
- **Comissão de Compras Sustentáveis** - As aquisições na UFRA geralmente ficam centralizadas nas mãos de determinados servidores que atuam de forma isolada, onde este servidor possui conhecimentos específicos na sua área de formação, tornando-se improvável que este possa atuar de forma harmoniosa neste processo de aquisição. Assim o ideal seria que fosse instituída uma comissão interdisciplinar onde houvesse no mínimo um representante de cada área para que pudesse construir o manual de procedimento de compras sustentáveis e dar apoio quando necessário nos processos licitatórios.
- **Indicadores e estudos técnicos** - Como as CPS são práticas relativamente recentes na administração pública deve-se avaliar o custo-benefício na aquisição de bens sustentáveis ao invés dos bens tradicionalmente disponibilizados no mercado, esta avaliação deve ocorrer por meio de ferramentas e indicadores.
- **Aquisições em rede** - Uma tendência entre os entes governamentais tem sido a realização de processos licitatórios em rede que consistem na realização de um único processo licitatório, que contemple as demandas de vários órgãos. Geralmente este agrupamento de órgãos é realizado pela finalidade da instituição, hierarquia a qual é

subordinada ou ainda de formas bem gerais.

Tais ações podem minimizar os entraves e obstáculos que permeiam a efetivação da legislação das compras sustentáveis, o que permitirá não só o cumprimento da lei, mas também que a Universidade possa cumprir o proposto em sua missão institucional, que é: “contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (...)” (UFRA, 2010).

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. 38. ed. São Paulo: Globo, 2005.

BIDERMAN, Rachel (Org) et al. **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para promoção do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: ICLEI EuropeanSecretariat, 2006.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. Regulamenta a utilização de critérios sustentáveis na compra de bens e na contratação de obras e serviços pelo Governo Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

BRUNDTLAN, Relatório. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. Universidade de Oxford. New York, 1987.

BUNDESUMWELTMINISTERIUM undUmweltbundesamt. **HandbuchUmweltfreundlicheBeschaffung**, München, Stand: Januar 1999, VerlagVahlen, 1999.

CNMA/A3P, 2009 – **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_12_22_16_43_26_cartilha_a3p..pdf>. Acesso em: 30 de Setembro de 2013.

CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992. **Agenda 21**. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 1992.

CONAMA. Resolução nº. 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 17 de fevereiro de 1986.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

GIDDINGS, F. H., **Principes de Sociologie**, Paris: Ed. Giard et Brière, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JOLIVET, R. **Traité de philosophie**, Paris: Ed. Emile Vitte, 1955. v. I.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda / inflação e deflação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas).

MDIC. **Política de desenvolvimento produtivo**, 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em 30 de setembro de 2013.

MOREIRA, H. C. e MORAIS, J. M. **Compras Governamentais: Políticas e Procedimentos na Organização Mundial de Comércio, União Européia, Nafta, Estados Unidos e Brasil, Série estudos y perspectivas**, Brasília, 2003.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2008.

OECD - Organization for Economic Cooperation and Development: **Recommendation of the Council on Improving the Environmental Performance of Public Procurement**. Paris: OECD, 2002.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Re-inventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o Serviço Público**, Brasília MH. Comunicação, 2ª edição, 1994.

SARAVIA, E. J. Criação e transferência de tecnologia nas empresas industriais do Estado. **Revista de Administração de Empresa**, v. 27, n. 3, jul./set. 1987.

SILVA, E. P. **O uso do poder de compra do estado como instrumento de política pública: a lei complementar nº 123/2006, sua implementação**. Tese de mestrado em Administração Pública. Rio de Janeiro, 2008.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão. **Plano Diretor Institucional – 2010 a 2014**. Belém, 2010. Disponível em: <http://www.portal.ufra.edu.br/attachments/1294_PDI%20em%20constru%C3%A7%C3%A3o%20UFRA%2006_10_2010.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.